



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA-SP

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

3001 – Analista Advogado

Nome do(a) Candidato(a)

Número de Inscrição

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um caderno de questões contendo as questões objetivas de múltipla escolha e uma Peça Processual.
 - Duas folhas de respostas personalizadas, uma para a Prova Objetiva e outra para a Peça Processual.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contrário, solicite ao fiscal um outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- O tempo de realização da prova, o tempo mínimo de permanência em sala, assim como o tempo mínimo necessário requerido para o candidato levar o caderno de questões, **caso seja permitido**, estão previstos no Edital de Abertura do certame.

ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na folha de respostas; caso não estejam, informe ao fiscal imediatamente.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na folha de respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma) resposta certa** – mais de uma letra assinalada implicará a anulação da questão.
- Para responder cada questão, é necessário interpretá-la de forma correta e precisa, o que exige atenção e capacidade de abstração por parte do candidato, que deve estar ciente de que existe apenas **UMA** alternativa a ser assinalada.
- Qualquer rasura no preenchimento anulará a questão. Portanto, a folha de respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, fortemente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
de São Paulo – CREA-SP
Edital nº 01/2017
3001 – Analista Advogado

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões de 1 a 3.

Soberania

Naquele dia, no meio do jantar, eu contei que tentara pegar na bunda do vento — mas o rabo do vento escorregava muito e eu não consegui pegar. Eu teria sete anos. A mãe fez um sorriso carinhoso para mim e não disse nada. Meus irmãos deram gaitadas me gozando. O pai ficou preocupado e disse que eu tivera um vareio da imaginação.

Mas que esses vareios acabariam com os estudos. E me mandou estudar em livros. Eu vim. E logo li alguns tomos havidos na biblioteca do Colégio. E dei de estudar pra frente. Aprendi a teoria das ideias e da razão pura. Especulei filósofos e até cheguei aos eruditos. Aos homens de grande saber.

Achei que os eruditos nas suas altas abstrações se esqueciam das coisas simples da terra. Foi aí que encontrei Einstein (ele mesmo — o Alberto Einstein). Que me ensinou esta frase: A imaginação é mais importante do que o saber. Fiquei alcandorado! E fiz uma brincadeira. Botei um pouco de inocência na erudição. Deu certo. Meu olho começou a ver de novo as pobres coisas do chão mijadas de orvalho. E vi as borboletas.

E meditei sobre as borboletas. Vi que elas dominam o mais leve sem precisar de ter motor nenhum no corpo. (Essa engenharia de Deus!) E vi que elas podem pousar nas flores e nas pedras sem magoar as próprias asas. E vi que o homem não tem soberania nem pra ser um bem-te-vi.

Manoel de Barros. Texto extraído do livro (caixinha) *Memórias Inventadas* – A Terceira Infância, Editora Planeta – São Paulo, 2008.

1. De acordo com o texto, é correto afirmar que
- (A) o narrador constrói seus devaneios de acordo com histórias que retira de livros de literatura.
 - (B) os pais do narrador o repreendiam por fazer analogias esdrúxulas às coisas cotidianas.
 - (C) o narrador concluiu que os eruditos esqueciam-se das coisas mais singelas.
 - (D) uma das coisas que o narrador fez foi trazer um pouco de candura às coisas eruditas.
 - (E) o ser humano não possui literalmente leveza, motivo pelo qual não poderia ser um bem-te-vi.

2. Leia a oração retirada do texto.

*Achei que os **eruditos** nas suas altas abstrações se esqueciam das coisas simples da terra.*

Assinale a alternativa que apresenta um sinônimo para “**erudito**” na sentença acima.

- (A) multíscio
- (B) cândido
- (C) progressista
- (D) vanguardista
- (E) ousado

3. Leia a oração retirada do texto.

*Naquele dia, no meio do jantar, eu contei que **tentara** pegar na bunda do vento — mas o rabo do vento escorregava muito e eu não consegui pegar.*

Assinale a alternativa que apresenta um verbo ou uma locução verbal no mesmo tempo verbal de “**tentara**”, na sentença acima.

- (A) Eu já tinha chegado ao evento quando o show começou.
- (B) Ela teria ido ao seu encontro se tivesse avisado.
- (C) Eu tenho estudado demais ultimamente.
- (D) Espero que você tenha estudado o suficiente para conseguir a aprovação.
- (E) Estava muito cansado para ir ao coquetel.

4. Assinale a alternativa que apresenta uma palavra grafada de forma **INADEQUADA** ao contexto no qual está inserida.

- (A) A cessão do local pela universidade tornou possível a realização do evento.
- (B) A dilação do prazo de entrega das redações depende de decisão do professor.
- (C) A dissensão sobre a matéria impossibilitou o acordo.
- (D) A medida não sortiu efeito, obrigando-o a tomar medidas drásticas.
- (E) O valor do produto estava inserto no catálogo.

5. Assinale a alternativa que apresenta uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

- (A) Respondi-lhe **que já havia terminado a prova.**
- (B) Foi anunciado **que Alice é a vencedora do olimpíada.**
- (C) É fundamental **que você não se atrase para a reunião.**
- (D) Minha vontade é **que encontre o seu caminho.**
- (E) É necessário **que se estabeleçam regras na escola.**

6. De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta em relação à ocorrência ou não de crase.
- (A) Ele foi à uma reunião de negócios.
 - (B) Após sua acusação, o suspeito disse que não tinha nada à declarar.
 - (C) Ao avistar a diretora, entregou o documento à ela.
 - (D) São normais às quais todos os alunos devem obedecer.
 - (E) Não estacione. Sujeito à guincho.

Leia o texto abaixo para responder às questões 7 e 8.

Diadorim me pôs o rastro dele para sempre em todas essas quisquilhas da natureza

Diadorim e eu, nós dois. A gente dava passeios. Com assim, a gente se diferenciava dos outros – porque jagunço não é muito de conversa continuada nem de amizades estreitas: a bem eles se misturam e desmisturam, de acaso, mas cada um é feito um por si. De nós dois juntos, ninguém nada não falava. Tinham a boa prudência. Dissesse um, caçoasse, digo – podia morrer. Se acostumavam de ver a gente parmente. Que nem mais maldavam. E estávamos conversando, perto do rego – bicame de velha fazenda, onde o agrião dá flor. Desse lufús, ia escurecendo. Diadorim acendeu um fogueiro, eu fui buscar sabugos. Mariposas passavam muitas, por entre as nossas caras, e besouros graúdos esbarravam. Puxava uma brisbisa. O ianso do vento revinha com o cheiro de alguma chuva perto. E o chiiim dos grilos ajuntava o campo, aos quadrados. Por mim, só, de tantas minúcias, não era o capaz de me alembrear, não sou de à parada pouca coisa; mas a saudade me alembra. Que se hoje fosse. Diadorim me pôs o rastro dele para sempre em todas essas quisquilhas da natureza. Sei como sei. Som como os sapos sorumbavam. Diadorim, duro sério, tão bonito, no relume das brasas. Quase que a gente não abria boca; mas era um delém que me tirava para ele – o irremediável extenso da vida. Por mim, não sei que tontura de vexame, com ele calado eu a ele estava obedecendo quieto.

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 2001, p. 45.

7. É correto afirmar que “sorumbavam” encontra-se no mesmo tempo verbal de
- (A) “dissesse”.
 - (B) “acendeu”.
 - (C) “fosse”.
 - (D) “desmisturam”.
 - (E) “revinha”.

8. Leia o fragmento abaixo.

De nós dois juntos, ninguém nada não falava.

O trecho em destaque pode ser classificado sintaticamente como

- (A) complemento nominal.
- (B) adjunto adverbial.
- (C) objeto indireto.
- (D) objeto direto preposicionado.
- (E) adjunto adnominal.

9. Assinale a alternativa em que TODAS as palavras apresentam a grafia correta, conforme a reforma ortográfica de 2009.

- (A) anti-inflamatório/ pára-quedas/ inter-estadual
- (B) hiperrealista/ arquiinimigo/ ultrassonografia
- (C) autoestima/ antissocial/ corresponsabilidade
- (D) neo-expressionista/ antirugas/ contra-ordem
- (E) ante-sala/ extra-seco/ semiaberto

10. Assinale a alternativa cuja palavra destacada **DEVE** ser acentuada.

- (A) Para adentrar no setor, era necessário o uso de protetor **auricular**.
- (B) Pegou o primeiro voo com escala em **Aracaju**.
- (C) Era necessário deixar sua **rubrica** no documento.
- (D) O nome do novo produto era **passivel** de mudança.
- (E) Foi preciso agir na **raiz** do problema.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. Quanto aos princípios fundamentais contidos na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) As relações internacionais da República Federativa do Brasil são regidas pela prevalência dos direitos humanos.
- (B) Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, encontramos a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades regionais.
- (C) A igualdade entre Estados foi recepcionada na Constituição Federal na esfera das relações internacionais.
- (D) A Constituição Federal acolheu os valores do trabalho e da livre iniciativa como um de seus fundamentos.
- (E) A garantia do desenvolvimento nacional caracteriza-se como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, conforme preceito constitucional.

12. O artigo 5º da Constituição Federal prevê os direitos e deveres individuais e coletivos. Quanto às disposições nele contidas, é correto afirmar que o Mandado de Segurança Coletivo pode ser impetrado
- (A) por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, em defesa dos interesses próprios.
 - (B) por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses da entidade ou de seus associados.
 - (C) por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - (D) por partido político com representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
 - (E) por partido político ou representação no Congresso Nacional e por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há mais de um ano, em defesa dos interesses próprios e de seus membros ou associados.
13. Estado brasileiro é do tipo federado ou composto, pois é integrado por diferentes entidades políticas – União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e, em decorrência disso tem seu núcleo na repartição de competências. Dessa forma, em relação à competência dos Estados Federados, assinale a alternativa correta.
- (A) A Constituição Federal assegura aos Estados autonomia para organizar-se e reger-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal, sendo-lhes reservadas as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição.
 - (B) Os Estados poderão, dentro de sua competência, assegurada constitucionalmente, legislar sobre normas gerais de licitações e contratação, em todas as modalidades para os órgãos da administração direta e indireta.
 - (C) É assegurado aos Estados, mediante lei ordinária, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
 - (D) Cabe aos Estados explorar diretamente ou mediante concessão os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, admitindo-se a edição de medida provisória para sua regulamentação.
 - (E) Cabe aos Estados a regulamentação dos serviços públicos.
14. Quanto ao que dispõe a Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, assinale a alternativa correta.
- (A) A legitimidade para propositura da ação civil pública é conferida: ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, à autarquia, à empresa pública, à fundação ou à sociedade de economia mista, à entidade sindical, à associação de proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
 - (B) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, independentemente de requerimento do autor.
 - (C) A legitimidade para propositura da ação civil pública é conferida: ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, à autarquia, à empresa pública, à fundação ou à sociedade de economia mista, à associação de proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
 - (D) Na decisão sujeita a Agravo, é vedado ao juiz conceder mandado liminar sem justificação prévia.
 - (E) Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor.
15. Na ação civil pública, o Ministério Público surge de forma bem atuante. Quanto aos dispositivos da Lei nº 7.347/85 é correto afirmar que
- (A) o Ministério Público, intervindo no processo como parte, pode atuar como fiscal da lei.
 - (B) é assegurado ao Ministério Público instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, requisitar documentos, certidões, informações, exames ou perícias, assinalando para seu cumprimento o prazo de 15 dias úteis.
 - (C) o Ministério Público, não intervindo no processo como parte, não poderá atuar como fiscal da lei.
 - (D) é assegurado ao Ministério Público instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, requisitar documentos, certidões, informações, exames ou perícias, assinalando para seu cumprimento o prazo de 10 dias corridos.
 - (E) o Ministério Público, não intervindo no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.

16. No que tange ao Poder Judiciário, tendo vista a previsão constitucional sobre a competência originária do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete ao STF processar a julgar originariamente o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, de um dos Tribunais Superiores ou do próprio Supremo Tribunal Federal.
- (B) Compete ao STF processar a julgar originariamente o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- (C) Compete ao STF processar a julgar originariamente o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Mesa de uma dessas Casas Legislativas, do Tribunal de Contas da União, de um dos Tribunais Superiores, ou do próprio Supremo Tribunal Federal.
- (D) Compete ao STF julgar originariamente a validade de lei local contestada em face de lei federal.
- (E) Compete ao STF processar a julgar originariamente o *habeas corpus*, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário, cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância.

17. Quanto à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, objeto de previsão Constitucional, esta é exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União. No que concerne a esta fiscalização, são competências do TCU, **EXCETO**

- (A) a fiscalização de contas das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta e indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- (B) prestar as informações solicitadas pelo Congresso Nacional, por qualquer de suas Casas, ou por qualquer das respectivas Comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- (C) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (D) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

(E) apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento.

18. A administração pública, a teor do que dispõe o art. 37 da Constituição Federal, deve atender aos seguintes princípios nele contidos:

- (A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, celeridade, eficiência.
- (B) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (D) Legalidade, impessoalidade, contraditório, publicidade e eficiência.
- (E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e isonomia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

19. Quanto ao conteúdo dos atos administrativos em espécie, assinale a alternativa correta.

- (A) Autorização administrativa, em sentido amplo, é o ato administrativo unilateral, discricionário e precário, gratuito ou oneroso, pelo qual a Administração faculta ao particular a execução de serviço público ou a utilização privativa do bem público.
- (B) Aprovação consiste em ato unilateral através do qual a Administração reconhece ao particular, que preencha os requisitos legais, o direito à prestação de um serviço público.
- (C) Permissão é o ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.
- (D) Autorização Administrativa é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração concede ao particular o uso privativo de bem público, ou o desempenho de atividade material, ou a prática de ato que, sem esse consentimento, seriam legalmente proibidos.
- (E) Admissão consiste em ato unilateral e discricionário através do qual é exercido o controle *a priori* ou *a posteriori* do ato administrativo.

20. De acordo com os princípios assegurados na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), é **INCORRETO** afirmar que

- (A) o princípio da vinculação ao instrumento convocatório vincula a Administração, bem como os administrados, às regras nele estipuladas.
- (B) o princípio da publicidade trata da divulgação de todos os atos praticados pela administração em todas as fases do procedimento.
- (C) nas licitações e contratos, à luz do princípio da isonomia, é vedado privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.

<p>(D) segundo o princípio do julgamento objetivo, o julgamento das propostas deve ser feito de acordo com os critérios fixados no instrumento convocatório.</p> <p>(E) a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.</p>	<p>23. No que diz respeito à declaração de bens e a teor do que dispõe a Lei nº 8.429/92, que trata da improbidade administrativa, é correto afirmar que</p> <p>(A) a declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.</p> <p>(B) a declaração de bens será anualmente atualizada, apenas na data em que o agente público deixar o exercício do mandato.</p> <p>(C) a declaração de bens compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, inclusive os objetos e utensílios de uso doméstico.</p> <p>(D) será punido com a pena de suspensão, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.</p> <p>(E) a declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizados no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, inclusive os objetos e utensílios de uso doméstico.</p>
<p>21. Quanto aos atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.</p> <p>(B) Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea.</p> <p>(C) Liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.</p> <p>(D) Agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.</p> <p>(E) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.</p>	
<p>22. As sanções aplicáveis aos agentes públicos por enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, estão contidas na Lei nº 8.429/92. No que tange a essa norma legal, assinale a alternativa INCORRETA.</p> <p>(A) Constitui ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente.</p> <p>(B) As disposições da Lei nº 8.429/92 são aplicáveis, no que couber, àquele que, sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.</p> <p>(C) Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito a determinadas cominações, que não podem ser aplicadas cumulativamente.</p> <p>(D) A investigação para a apuração da prática de ato de improbidade poderá ser representada por qualquer pessoa à autoridade administrativa.</p> <p>(E) A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilícitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.</p>	<p>24. No que se refere aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O Poder Judiciário, após o início de procedimento licitatório seu, destinado à aquisição de computadores, poderá revogar os atos administrativos praticados, se entender ser conveniente e oportuno, no momento, não comprar tais bens.</p> <p>(B) O ato administrativo eficaz poderá ser extinto pelo desaparecimento do sujeito da relação jurídica.</p> <p>(C) Ato administrativo expedido no exercício de competência discricionária é insusceptível de controle judicial, pois esse controle implicaria exame do mérito do ato, o que é vedado ao Judiciário fazer sob pena de ofensa ao princípio da independência entre os Poderes.</p> <p>(D) Todo e qualquer ato administrativo é susceptível de apreciação pelo Judiciário, não obstante, a extensão do seu controle comporte limites em face de sua classificação.</p> <p>(E) Em decorrência do atributo da autoexecutoriedade dos atos administrativos, a administração pública pode interditar estabelecimento comercial irregular, independentemente de autorização prévia do Poder Judiciário.</p>

25. Com fulcro no que dispõe a Lei nº 12.486/13 (Lei Anticorrupção), constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, **EXCETO**

- (A) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- (B) comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- (C) comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na lei anticorrupção.
- (D) permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
- (E) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

26. Os contratos administrativos e as licitações públicas são regulados pela Lei nº 8.666/93, sendo as contratações públicas amparadas pela Lei nº 12.462/11, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Quanto à normatização desses três dispositivos, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A realização das licitações ocorrerá nas formas eletrônica e presencial.
- (B) No contrato administrativo, ocorrendo a inexecução parcial da avença, não cabe a imposição de sanção pecuniária.
- (C) Admite-se a alteração dos contratos administrativos, por acordo das partes, bem como unilateralmente.
- (D) A legislação que regula Licitações e os Contratos Administrativos acolhe expressamente a aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e do direito privado.
- (E) A prevalência do princípio da isonomia não é obstáculo para se aplicar o atendimento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, quando se trata de licitações e contratos administrativos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

27. A fixação da jurisdição tem como base o pedido inicial. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta o princípio processual aplicável a esta delimitação.

- (A) Princípio da duração razoável do processo.
- (B) Princípio da congruência ou da adstrição.
- (C) Princípio da demanda.
- (D) Princípio da imparcialidade.
- (E) Princípio da eventualidade.

28. No que se refere ao instituto da revelia, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) se o réu não contestar a ação, será considerado revel, e serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.
- (B) os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.
- (C) será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (D) ao revel é permitido intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- (E) não se opera a revelia quando, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.

29. Quanto às provas no processo civil, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) a existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião; dados representados por imagem ou som, gravados em arquivos eletrônicos, poderão constar da ata notarial.
- (B) o documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não possuem eficácia probatória de documento particular.
- (C) as reproduções dos documentos particulares, fotográficas ou obtidas por outros processos de repetição, valem como certidões sempre que o escrivão ou chefe de secretaria certificar sua conformidade com o original.
- (D) a nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor.
- (E) o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.

30. No que tange à Ação Rescisória, assinale a alternativa correta.

- (A) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando violar literal disposição de lei.
- (B) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação rescisória quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.
- (C) A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento de decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória.
- (D) O direito de propor ação rescisória se extingue em 02 (dois) anos, contados do trânsito em julgado de decisão.
- (E) O depósito da importância de cinco por cento sobre o valor da causa não se aplica à União, ao Distrito Federal, aos Municípios, às suas respectivas autarquias e fundações de direito público e ao Ministério Público.

31. O Código de Processo Civil, no tocante à tutela provisória, contém o instituto processual da tutela provisória de urgência. Esta medida pode ser concedida em caráter

- (A) cautelar.
- (B) antecipado ou cautelar.
- (C) incidental.
- (D) antecipado, requerido em caráter antecedente.
- (E) antecedente ou incidental.

32. Quanto à contestação, assinale a alternativa correta.

- (A) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, com imediata comunicação ao juiz da causa, preferencialmente, por meio eletrônico.
- (B) Havendo alegação de incompetência absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, com imediata comunicação ao juiz da causa, exclusivamente, por meio eletrônico.
- (C) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, com imediata comunicação ao juiz da causa, preferencialmente, por carta precatória.
- (D) Havendo alegação de incompetência relativa ou absoluta, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, com imediata comunicação ao juiz da causa, unicamente por meio eletrônico.
- (E) Havendo alegação de incompetência, a contestação poderá ser protocolada no foro de domicílio do réu, com imediata comunicação ao juiz da causa, preferencialmente, por meio eletrônico.

33. O Agravo de Instrumento, a teor do que preceitua o artigo 1015, do CPC, é admitido em caso de

- (A) acolhimento da alegação de convenção de arbitragem.
- (B) acolhimento do pedido de gratuidade de justiça ou não acolhimento do pleito de sua revogação.
- (C) inclusão de litisconsorte.
- (D) rejeição do pedido de limitação de litisconsórcio.
- (E) posse de documento.

34. O Agravo Interno é cabível da decisão do Relator. Nesse recurso, a manifestação do agravado deverá ocorrer no prazo de

- (A) 48 (quarenta e oito) horas.
- (B) 5 (cinco) dias.
- (C) 10 (dez) dias.
- (D) 30 (trinta) dias.
- (E) 15 (quinze) dias.

DIREITO DO TRABALHO/ PROCESSO DO TRABALHO

35. Na modalidade do regime de tempo parcial, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, nas seguintes proporções, **EXCETO**

- (A) 10 (dez) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 5 (cinco) horas, até 12 (doze) horas.
- (B) 12 (doze) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 10 (dez) horas, até 15 (quinze) horas.
- (C) 14 (quatorze) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 15 (quinze) horas, até 20 (vinte) horas.
- (D) 16 (dezesesseis) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 20 (vinte) horas, até 22 (vinte e duas) horas.
- (E) 18 (dezoito) dias, para a duração do trabalho semanal superior a 22 (vinte e duas) horas, até 25 (vinte e cinco) horas.

36. Considere a Lei nº 605/49 sobre repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias de feriados civis e religiosos e analise as assertivas abaixo.

- I. Aos empregados domésticos, assim considerados, de modo geral, os que prestem serviço de natureza não econômica e pessoa ou a família no âmbito residencial destas.
- II. Aos funcionários públicos da União, dos Estados e dos Municípios e aos respectivos extranumerários em serviço nas próprias repartições.
- III. Aos servidores de autarquias paraestatais, desde que sujeitos a regime próprio de proteção ao trabalho que lhes assegure situação análoga à dos funcionários públicos.

A lei **NÃO** se aplica às pessoas descritas em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

37. A remuneração do repouso semanal corresponderá para

- (A) os que trabalham por dia, semana, quinzena ou mês, à de um dia de serviço, não computadas as horas suplementares.
- (B) os que trabalham por hora, à de sua jornada normal de trabalho, excluídas as horas complementares.
- (C) os que trabalham por tarefa ou peça, o equivalente ao salário correspondente às tarefas ou peças feitas durante a semana, no horário normal de trabalho, dividido pelos dias de serviço efetivamente prestados ao empregador.
- (D) o empregado em domicílio, o equivalente ao quociente da divisão por 2 (dois) da importância total da sua produção no mês.
- (E) o empregado em domicílio, o equivalente ao quociente da divisão por 4 (quatro) da importância total da sua produção na semana.

38. De acordo com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, é correto afirmar que

- (A) os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, oito juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos.
- (B) os Tribunais Regionais do Trabalho não poderão funcionar descentralizadamente, sem constituir Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça.
- (C) os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.
- (D) os juízes classistas das Juntas de Conciliação e Julgamento serão nomeados pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, na forma da lei, permitida uma recondução.
- (E) o mandato dos representantes classistas, em todas as instâncias, é de três anos.

39. A organização Judiciária Trabalhista está prevista nos artigos 111 a 116 da Constituição Federal e é correto afirmar que

- (A) compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.
- (B) o Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: um quarto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.
- (C) são órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho, as Juntas de Conciliação e Julgamento e os Juízes do Trabalho.
- (D) funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho: o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe, na forma da lei, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, exercer a supervisão administrativa e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema.
- (E) não compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: as ações que envolvam exercício do direito de greve e os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

40. Analise os itens abaixo.

- I. Ato de improbidade.
- II. Incontinência de conduta ou mau procedimento.
- III. Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço.
- IV. Condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso tenha havido suspensão da execução da pena.
- V. Desídia no desempenho das respectivas funções.
- VI. Embriaguez habitual ou em serviço.
- VII. Violação de segredo da empresa.
- VIII. Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, mesmo em caso de legítima defesa própria.
- IX. Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, mesmo em caso de legítima defesa própria.
- X. Prática constante de jogos de azar.

Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador os casos descritos em

- (A) III, IV, V, VI, VIII, IX e X, apenas.
- (B) I, II, III, V, VI, VII e X, apenas.
- (C) I, III, V, VI, VII, VIII e X, apenas.
- (D) I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.
- (E) II, IV, VII, VIII, IX e X, apenas.

41. Sobre a rescisão do contrato individual do trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) Para os empregados que trabalhem por tarefa ou serviço feito, a indenização será calculada na base média do tempo costumeiramente gasto pelo interessado para realização de seu serviço, calculando-se o valor do que seria feito durante 30 (trinta) dias.
- (B) Para os empregados que trabalhem à comissão ou que tenham direito a percentagens, a indenização será calculada pela média das comissões ou percentagens percebidas nos últimos três anos de serviço.
- (C) Se o salário for pago por dia, o cálculo da indenização terá por base 30 (trinta) dias; se pago por hora, a indenização apurar-se-á na base de 176 (cento e setenta e seis) horas por mês.
- (D) O primeiro ano de duração do contrato por prazo indeterminado é considerado como período de experiência, e, antes que se complete, nenhuma indenização será devida.
- (E) A indenização devida pela rescisão de contrato por prazo indeterminado será de 1 (um) mês de remuneração por ano de serviço efetivo, ou por ano e fração igual ou superior a 12 (doze) meses.

42. Considere o artigo 477, da Consolidação das Leis do Trabalho, e assinale a alternativa correta.

- (A) O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado no ato da homologação da rescisão do contrato de trabalho, em dinheiro apenas, conforme acordem as partes.
- (B) O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos: até o quinto dia útil imediato ao término do contrato; ou até o décimo segundo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.
- (C) Qualquer compensação no pagamento de uma indenização não poderá exceder o equivalente a 60 (sessenta) dias de remuneração do empregado.
- (D) O pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão, do contrato de trabalho, firmado por empregado com mais de 6 (seis) meses de serviço, só será válido quando feito com a assistência do respectivo Sindicato ou perante a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social.
- (E) O instrumento de rescisão ou recibo de quitação, qualquer que seja a causa ou forma de dissolução do contrato, deve ter especificada a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminado o seu valor, sendo válida a quitação, apenas, relativamente às mesmas parcelas.

43. O contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado. Considera-se como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada. O contrato por prazo determinado só será válido em se tratando:

- I. de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo.
- II. de atividades empresariais de caráter transitório.
- III. de contrato de experiência não excedendo o prazo de 60 (sessenta) dias.

É correto o que se afirma em

- (A) III, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

44. No curso do período aquisitivo, **NÃO** terá direito a férias o empregado que:

- (A) deixar o emprego e não for readmitido dentro de 90 (noventa) dias subsequentes à sua saída.
- (B) permanecer em gozo de licença, com percepção de salários, por mais de 30 (trinta) dias.

- (C) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 45 (quarenta) dias, em virtude de paralisação parcial dos serviços da empresa.
- (D) deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de 60 (sessenta) dias, em virtude de paralisação total dos serviços da empresa.
- (E) tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 12 (doze) meses, embora descontínuos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

45. A anistia pode ser concedida em caráter geral e limitadamente, **EXCETO**

- (A) às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza.
- (B) às infrações da legislação relativa a determinado tributo.
- (C) aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- (D) a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.
- (E) sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder, ou cuja fixação seja atribuída pela mesma lei à autoridade administrativa.

46. De acordo com a Lei nº 6.830/80, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) não sendo embargada a execução ou sendo rejeitados os embargos, no caso de garantia prestada por terceiro, será este intimado, sob pena de contra ele prosseguir a execução nos próprios autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias remir o bem, se a garantia for real; ou pagar o valor da dívida, juros e multa de mora e demais encargos, indicados na Certidão de Dívida Ativa pelos quais se obrigou se a garantia for fidejussória.
- (B) recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 30 (trinta) dias, designando, em seguida, audiência de instrução e julgamento.
- (C) não se realizará audiência, se os embargos versarem sobre matéria de direito, ou, sendo de direito e de fato, a prova for exclusivamente documental, caso em que o Juiz proferirá a sentença no prazo de 60 (sessenta) dias.
- (D) caso não sejam oferecidos os embargos, a Fazenda Pública manifestar-se-á sobre a garantia da execução.
- (E) quando os embargos tiverem por objeto vícios ou irregularidades de atos do próprio Juízo deprecado, caber-lhe-á unicamente o julgamento dessa matéria.

<p>47. A capacidade tributária passiva independe</p> <ol style="list-style-type: none"> I. da capacidade civil das pessoas naturais. II. de estar a pessoa jurídica sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios. III. de estar a pessoa física regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional. <p>É correto o que está contido em</p> <ol style="list-style-type: none"> (A) I e III, apenas. (B) II, apenas. (C) III, apenas. (D) II e III, apenas. (E) I, apenas. 	<p>O sujeito passivo tem direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual for a modalidade do seu pagamento, nos casos apresentados em</p> <ol style="list-style-type: none"> (A) II e III, apenas. (B) I e III, apenas. (C) III e IV, apenas. (D) II e IV, apenas. (E) I, II e IV apenas.
<p>48. Considere o artigo 11º da Lei nº 6.830/80 e assinale a alternativa que contém a ordem correta à qual penhora ou arresto de bens obedecem.</p> <ol style="list-style-type: none"> (A) I. dinheiro/ II. imóveis/ III. pedras e metais preciosos/ IV. título da dívida pública/ V. navios e aeronaves/ VI. veículos/ VII. móveis ou semoventes/ VIII. direitos e ações. (B) I. dinheiro/ II. título da dívida pública/ III. pedras e metais preciosos/ IV. imóveis/ V. navios e aeronaves/ VI. veículos/ VII. móveis ou semoventes/ VIII. direitos e ações. (C) I. dinheiro/ II. título da dívida pública/ III. imóveis / IV. pedras e metais preciosos/ V. veículos/ VI. navios e aeronaves/ VII. móveis ou semoventes./ VIII. direitos e ações. (D) I. dinheiro/ II. título da dívida pública/ III. imóveis/ IV. veículos / V. navios e aeronaves/ VI. pedras e metais preciosos/ VII. móveis ou semoventes/ VIII. direitos e ações. (E) I. dinheiro/ II. imóveis/ III. título da dívida pública/ IV. veículos/ V. navios e aeronaves/ VI. pedras e metais preciosos/ VII. móveis ou semoventes/ VIII. direitos e ações. 	<p>50. De acordo com as Modalidades de Lançamento, os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa no seguinte caso:</p> <ol style="list-style-type: none"> (A) quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária. (B) quando não há falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória. (C) quando deva ser apreciado fato conhecido ou provado por ocasião do lançamento anterior. (D) quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, não agiu com dolo, fraude ou simulação. (E) quando a declaração seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.
<p>49. Considere o Capítulo IV, Extinção do Crédito Tributário, do Sistema Tributário Nacional e analise os itens abaixo.</p> <ol style="list-style-type: none"> I. Cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, ou da natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido. II. Erro na edificação do sujeito passivo, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do débito ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento. III. A perda ou destruição da estampilha, ou o erro no pagamento por esta modalidade. IV. Reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória. 	<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>51. Assinale a alternativa correta acerca da Invalidez do Negócio Jurídico.</p> <ol style="list-style-type: none"> (A) Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se provar que reverteu em proveito dele a importância paga. (B) Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente. (C) A invalidade do instrumento induz a do negócio jurídico sempre que este puder provar-se por outro meio. (D) Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias. (E) O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.

52. Considere os Defeitos do Negócio Jurídico e avalie as assertivas abaixo, marcando V para Verdadeiro e F para Falso. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () O dolo acidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é acidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- () Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- () Pode ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; em caso contrário, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte a quem ludibriou.
- () O dolo do representante legal de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante convencional, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.
- () O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada.
- () O erro de cálculo não autoriza a retificação da declaração de vontade.
- () O erro prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

- (A) V, V, F, V, V, F, V
- (B) V, F, V, V, F, V, F
- (C) V, V, V, V, F, F, F
- (D) F, V, V, F, F, F, V
- (E) V, F, F, V, V, V, V

53. Assinale a alternativa correta quanto aos Prazos da Prescrição.

- (A) Em um ano, a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos.
- (B) Em dois anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- (C) Em três anos, a pretensão para receber prestações vencidas de rendas temporárias ou vitalícias.
- (D) Em quatro anos, a pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela.
- (E) Em cinco anos, a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.

54. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á nos seguintes casos:

- I. por despacho do juiz, exceto incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- II. por protesto, nas condições do inciso antecedente.
- III. por protesto cambial.
- IV. pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores.
- V. por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- VI. por qualquer ato inequívoco, exceto extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

É correto o que se apresenta em

- (A) I, III, IV e V, apenas.
- (B) II, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, IV, V e VI, apenas.
- (D) I, II, III e IV e VI, apenas.
- (E) I, II, III, V e VI apenas.

55. Assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos Direitos de Vizinhança.

- (A) O proprietário tem direito a cercar, murar, valar ou tapar de qualquer modo o seu prédio, urbano ou rural, e pode constranger o seu confinante a proceder com ele à demarcação entre os dois prédios, a aviventar rumos apagados e a renovar marcos destruídos ou arruinados, repartindo-se proporcionalmente entre os interessados as respectivas despesas.
- (B) Mediante recebimento de indenização que atenda, também, à desvalorização da área remanescente, o proprietário é obrigado a tolerar a passagem, através de seu imóvel, de cabos, tubulações e outros condutos subterrâneos de serviços de utilidade pública, em proveito de proprietários vizinhos, quando de outro modo for impossível ou excessivamente onerosa. O proprietário prejudicado pode exigir que a instalação seja feita de modo menos gravoso ao prédio onerado, bem como, depois, seja removida, à sua custa, para outro local do imóvel. Se as instalações oferecerem grave risco, será facultado ao proprietário do prédio onerado exigir a realização de obras de segurança.
- (C) O dono do prédio que não tiver acesso à via pública, nascente ou porto, pode, mediante pagamento de indenização cabal facultativo, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário.
- (D) Os frutos caídos de árvore do terreno vizinho pertencem ao dono do solo onde caíram, se este for de propriedade particular.
- (E) As raízes e os ramos de árvore, que ultrapassarem a estrema do prédio, poderão ser cortados, até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

56. Conforme o artigo 24 da Lei Nº 8.666/93, é dispensável a licitação

- (A) quando a operação envolver exclusivamente pessoas jurídicas de direito público interno, exceto se houver empresas privadas ou de economia mista que possam prestar ou fornecer os mesmos bens ou serviços, hipótese em que ficarão sujeitas à licitação.
- (B) na contratação de instituição nacional sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional.
- (C) para a aquisição de bens ou serviços por intermédio de organização internacional, desde que o Brasil seja membro e nos termos de acordo específico, quando as condições ofertadas forem manifestadamente vantajosas para o Poder Público.
- (D) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- (E) para obras e serviços de engenharia de valor até 12% (doze por cento) do limite previsto pela lei, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

57. Conforme a Lei nº 5.524/68, a atividade profissional do Técnico Industrial de nível médio se efetiva nos seguintes campos de realizações:

- I. conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade.
- II. prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas.
- III. comprar, vender e utilizar produtos e equipamentos especializados.
- IV. orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações.
- V. responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos, compatíveis com a respectiva formação profissional.

É correto o que se apresenta em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, IV e V, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) I, II, IV e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

58. Conforme o artigo 17 da Lei Nº 8.666/93, a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e, nos casos de móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada nos seguintes casos:

- I. venda de ações, que poderão ser negociadas em bolsa, observada a legislação específica.
- II. venda de títulos, na forma da legislação pertinente.
- III. venda de bens produzidos ou comercializados por órgãos ou entidades da Administração Pública, em virtude de suas finalidades.
- IV. venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
- V. venda de materiais e equipamentos para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, sem utilização previsível por quem deles dispõe.
- VI. doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação.
- VII. permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública.

É correto o que se apresenta em

- (A) I, II, III, V, VI, VII, apenas.
- (B) III, IV, V, VI, VII, apenas.
- (C) II, III, V, VI, apenas.
- (D) I, II, IV, V, apenas.
- (E) I, II, IV, VII, apenas.

59. Segundo a Resolução nº 1.025/09 do Confea, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) É facultado ao profissional requerer por meio de formulário certidão que relaciona as ARTs registradas no Crea em função do período ou da situação em que se encontram.
- (B) As propostas para atualização das tabelas auxiliares serão analisadas em caráter prioritário pela unidade organizacional do Confea responsável pela elaboração de normas e procedimentos.
- (C) Compete ao Crea, sempre que necessário, averiguar as informações apresentadas e adotar as providências necessárias ao caso.
- (D) É obrigatório ao profissional, brasileiro ou estrangeiro, registrado no Crea, que executou obra, prestou serviços ou desempenhou cargo ou função no exterior, requerer a inclusão desta atividade ao seu acervo técnico por meio do registro da ART correspondente, desde que tenha sido realizada após sua diplomação em curso técnico de nível médio ou de nível superior nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.
- (E) O profissional terá o prazo de um ano para requerer a inclusão ao acervo técnico de atividade desenvolvida no exterior, contados da data de registro no Crea ou de sua reativação após entrada no país.

60. São legitimados como interessados no processo administrativo, de acordo com a Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, **EXCETO**:
- (A) pessoas jurídicas, apenas, que o iniciem como titulares de direitos ou no exercício do direito de representação.
 - (B) as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.
 - (C) aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada.
 - (D) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
 - (E) são capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

PEÇA PROCESSUAL

A reclamante JUSSARA SANTOS, por seu advogado, ajuizou Reclamatória Trabalhista em desfavor do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA – CREA, nos autos do processo nº 00295/2017, perante a 67ª Vara do Trabalho de São Paulo. A ação foi distribuída em 27/03/2017, a reclamante admitida em 01/03/2013, para o cargo de assistente técnico (nível médio), recebendo mensalmente o valor de R\$5.583,00, estando o contrato de trabalho em vigência. Alega que exerce as mesmas funções e atividades da colega MARIANA SILVEIRA, analista de serviços administrativos (nível superior), desde abril de 2016, recebendo a paradigma, mensalmente, o valor de R\$8.797,00, que ambas foram aprovadas por concurso público, possuindo o CREA plano de cargos, salários e carreiras. Frisou a reclamante que a capacidade técnica é mais elevada que a da colega apontada como paradigma. Requer o deferimento da pretendida equiparação salarial, acrescida das diferenças salariais e reflexos, parcelas vencidas e vincendas, condenação em honorários advocatícios no percentual de 20%, e os benefícios da gratuidade de justiça, tendo em vista não poder arcar com despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família. Diante do exposto, redija uma peça em defesa do CREA com, no mínimo, 50 linhas e, no máximo, 70.